



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 37, DE 2021

(n° 405/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 405

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **SÉRGIO FRANÇA DANESE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de agosto de 2021.

Brasília, 11 de Agosto de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SÉRGIO FRANÇA DANESE**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **RODRIGO DE LIMA BAENA SOARES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista nos artigos 39 e 42 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **SÉRGIO FRANÇA DANESE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 713/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor SÉRGIO FRANÇA DANESE, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Peru.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 23/08/2021, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2821150** e o código CRC **505C5446** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006188/2021-22

SEI nº 2821150

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL SÉRGIO FRANÇA DANESE

CPF.: 238.613.981-68

ID.: 5381929 SSP-SP

1954 Filho de Demétrio Vieira Danese e Irene França Vieira Danese, nasce em 22 de dezembro, em São Paulo-SP

Dados Acadêmicos:

1976 Bacharel em Letras Modernas - Português, Francês e Espanhol, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

1979 Curso de pós-graduação em Letras Ibero-Americanas pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional Autônoma do México

1981 CPCD - IRBr

1985 CAD - IRBr

1997 CAE - IRBr - "Diplomacia presidencial. A ação pessoal do Presidente da República como instrumento da diplomacia brasileira"

Cargos:

1981 Terceiro-Secretário

1984 Segundo-Secretário

1989 Primeiro-Secretário, por merecimento

1994 Conselheiro, por merecimento

2000 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1978-79 Embaixada no México, auxiliar local

1981-85 Divisão da América Meridional I, assistente

1982-87 Instituto Rio Branco, Professor Assistente de História Diplomática do Brasil

1982 Instituto Rio Branco, Professor de Literatura Hispano-Americana

1984 Embaixada em La Paz, missão transitória

1985-87 Presidência da República, Gabinete Civil, Assessoria Internacional do Presidente da República, Assessor

1987-90 Embaixada em Washington, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário

1990-92 Embaixada no México, Primeiro-Secretário

1992-93 Secretaria-Geral de Política Exterior, Assessor

1993-96 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea

1993-94 Presidência da República, Secretaria da Administração Federal, Assessor Especial, lotado no Gabinete do Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal

1994 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Assessor Especial e Porta-Voz

1994-96 Instituto Rio Branco, Professor de História Diplomática do Brasil

1994-95 Ministério da Fazenda, Assessor e Porta-Voz

1995-96 Gabinete do Ministro de Estado, Coordenador Executivo e Subchefe para Assuntos Políticos

1996-98 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe e Porta-Voz

1998-00 Embaixada em Paris, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2000-05	Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
2005-09	Embaixada em Argel, Embaixador
2009-12	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Assessor Especial
2012-15	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Subsecretário-Geral
2012	XIV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Brasília, Chefe de Delegação
2012	III Reunião Consular de Alto Nível Brasil-Espanha, Madri, Chefe de Delegação
2012	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Estados Unidos sobre Vistos, Washington, Chefe de Delegação
2013	V Reunião do Mecanismo Bilateral sobre Questões Migratórias Brasil-França, Paris, Chefe de Delegação
2013	Reunião Brasil-Reino Unido sobre Temas Consulares e Jurídicos, Londres, Chefe de Delegação
2013	I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Canadá sobre Mobilidade, Brasília, Chefe de Delegação
2013	IV Conferência "Brasileiros no Mundo", Praia do Forte, Bahia, moderador e Chefe de Delegação
2014	I Reunião do Mecanismo de Consultas Consulares e Migratórias Brasil-Suíça, Berna, Chefe de Delegação
2015-16	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretário-Geral
2015	XV Reunião de Consultas Consulares Brasil-Estados Unidos, Washington, Chefe de Delegação
2015	Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suíça, Berna, Chefe de Delegação
2016-20	Embaixada em Buenos Aires, Embaixador
2020-	Embaixada em Pretória, cumulativa com a Embaixada junto à República de Maurício e ao Reino do Lesoto, Embaixador

Publicações:

	Livros - Política externa brasileira e relações internacionais:
1999	Diplomacia presidencial. História e crítica. Prefácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Topbooks;
2009	A escola da liderança. Ensaios de história e política externa brasileira. Rio de Janeiro: Record;
2017	Diplomacia presidencial. História e crítica. 2a. ed. revista. Apresentação de Rubens Ricupero. Prefácio de Celso Lafer. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão;
	Livros - ficção:
1994	A história verdadeira do Pássaro-Dodô. 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993; 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1998 (Ficção infanto-juvenil). Prêmio Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil;
2003	A sombra do meio-dia. Rio de Janeiro: Topbooks (novela curta);
2017	O outro lado da Lua. Rio de Janeiro: Topbooks (novela curta);
	Livros - organização/edição:
1989	Vários – Ensaios de história diplomática do Brasil. Introdução de Rubens Ricupero. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI (cadernos do IPRI) (organizador);
1994	Ricupero, Rubens – Visões do Brasil. Rio de Janeiro: Record (organizador);
1998	Ricupero, Rubens – O ponto ótimo da crise. Rio de Janeiro: Revan (organização e introdução - "Um olhar brasileiro sobre o mundo");
	Principais artigos:
1979	"Sobre Gouverneurs de la rosée" in: Thesis. Nueva revista de Filosofía y Letras, nº 2, abril-junho de 1979;
1979	"Sobre la narrativa social en América Latina" in: Língua e Literatura, nº 8;
1984	"A diplomacia da República Velha: uma perspectiva" in: Revista brasileira de política internacional. Ano XXVII, 105-108;
1987	"Os novos estados como novos atores nas relações internacionais" in: Revista de Informação Legislativa. Ano 24, nº 96;
1999	"A diplomacia presidencial na política externa brasileira" in: Carta Internacional, ano VII, nº 72;
1999	"A diplomacia no processo de formação nacional do Brasil" in: Política externa, vol. 8, nº 1;

2001	“O Brasil e a América do Sul: apontamentos para a história de uma convergência” in: Política externa, vol. 9, nº 4;
2001	“¿Liderazgo brasileño?” in: Foreign affairs en español, vol. 1, nº 3;
2010	“Um anônimo da Nova República” in Ricupero, Rubens - Diário de bordo. A viagem presidencial de Tancredo. São Paulo: Imprensa Oficial.

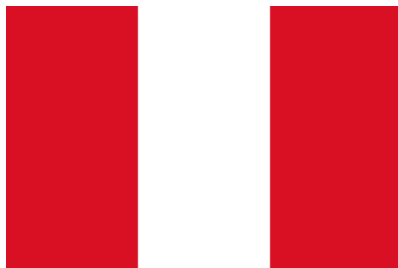
Condecorações:

Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil
 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
 Cruz do Mérito, Alemanha, Oficial
 Ordem do Libertador San Martín, Argentina, Comendador
 Ordem Nacional de Bernardo O`Higgins, Chile, Comendador
 Legião de Honra, França, Comendador
 Ordem Nacional do Mérito, França, Comendador
 Ordem Nacional da Itália, Comendador
 Ordem Nacional do Cedro, Líbano, Comendador
 Ordem Nacional da Águia Azteca, México, Comendador
 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Comendador
 Ordem Nacional do Suriname, Comendador
 Ordem do Mérito Simón Bolívar, Venezuela, Comendador

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
 Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PERU



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2021

APRESENTAÇÃO

A República do Peru está localizada na porção oeste da América do Sul. O Peru tem seu litoral banhado pelo Oceano Pacífico a oeste e faz fronteira, ao norte, com Equador e Colômbia; a leste, com o Brasil; e a sudeste, com Bolívia e Chile. Sua geografia é variada, incluindo planícies áridas na costa do Pacífico, picos nevados da Cordilheira dos Andes e a floresta amazônica. Está entre os países com maior diversidade biológica do mundo e conta com abundância de recursos minerais.

Com um território de 1.285.216 km², o Peru é o 20º país mais extenso do mundo. A população peruana é de aproximadamente 33,5 milhões de habitantes, sendo o quarto país mais populoso da América do Sul.

Berço do Império Inca e, mais tarde, vice-reinado do Império Espanhol, o Peru teve sua independência declarada em 1821, por José de San Martín. A consolidação do processo de independência ocorreu em 1824, com a derrota imposta às tropas espanholas remanescentes.

PERFIL BIOGRÁFICO

PEDRO CASTILLO PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Membro do partido Perú Libre, derrotou Keiko Fujimori, do Fuerza Popular, no segundo turno das eleições presidenciais, realizado em 6 de junho último. Assumiu a presidência do Peru em 28 de julho de 2021. Nascido em Cajamarca, foi professor primário em seu povoado natal de Puña de 1995 até o lançamento de sua candidatura em 2020.

Entre 2005 e 2017, foi filiado ao partido Perú Posible, fundado pelo ex-presidente Alejandro Toledo. Sua trajetória política está atrelada ao

movimento sindical. Ganhou projeção nacional ao liderar longa greve de professores em 2017. Após a greve, iniciou aproximação com a agremiação Perú Libre, de orientação socialista e projeção regional. Ingressou no partido em setembro de 2020, a nove dias do prazo final para postular-se nas eleições. Seu plano de governo tem como principal proposta a convocação de uma Assembleia Constituinte.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Peru
CAPITAL	Lima
ÁREA	1.285.216 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2020)	33,5 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol. Há áreas onde predominam quéchua, aimará e demais línguas nativas.
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Pedro Castillo (desde 28/07/2021)
CHANCELER	Héctor Béjar Rivera (desde 30/07/2021)
PIB (FMI, 2020)	US\$ 203,77 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US\$ 364,74 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 6.080
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2020)	US\$ 10.883
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-11,2% (2020), 2,2% (2019), 3,9% (2018), 2,4% (2017), 4,0% (2016), 3,3% (2015), 2,4% (2014), 5,8% (2013), 5,9% (2012)
IDH (PNUD, 2020)	0,777 (79º)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2020)	94,4%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2020)	76,7 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Sol
EMBAIXADOR EM LIMA	Rodrigo de Lima Baena Soares
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Javier Raúl Martín Yépez Verdeguer
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2018)	Cerca de 6,4 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB)

Brasil-Peru	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2019-2020
Exportações	2.263	2.415	2.147	1.818	1.816	1.949	2.245	2.155	2.216	1.659	-25,1%
Importações	1.374	1.288	1.771	1.712	1.256	1.236	1.620	1.814	1.536	730	-52,5%
Saldo	889	1.128	376	106	559	713	625	341	680	929	+36%
Intercâmbio	3.637	3.703	3.919	3.529	3.072	3.185	3.865	3.969	3.752	2.390	-36,3%

Fonte: Ministério da Economia

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Peru mantêm Aliança Estratégica desde 2003. Entre os principais temas da relação bilateral estão a integração fronteiriça, o combate a ilícitos transnacionais, o adensamento dos laços econômico-comerciais e a cooperação técnica.

Em 2020, o Brasil se manteve na posição de terceiro maior exportador ao Peru, com exportações de US\$ 1,66 bilhão, redução de 25% em relação ao ano anterior. Tornou-se o quarto principal parceiro comercial do Peru no fluxo de comércio agregado, superado pela Coreia do Sul, devido à queda de 52% das vendas peruanas ao Brasil (US\$ 730 milhões no ano). A corrente de comércio bilateral foi de US\$ 2,4 bilhões no ano passado, queda de 36% em relação a 2019 e o pior resultado dos últimos 10 anos. O saldo comercial brasileiro em 2020 foi de US\$ 929 milhões, aumento de 36% em relação a 2019, devido às menores vendas peruanas ao Brasil.

Apesar da ampla pauta de integração e cooperação, o relacionamento bilateral sofreu esfriamento generalizado na década de 2010, devido aos desdobramentos da Operação Lava Jato no país vizinho, que desencadearam crise política de grandes proporções no quinquênio que precedeu a eleição de Pedro Castillo. Em dezembro de 2018, contudo, foi assinado convênio de “colaboração eficaz” entre a Odebrecht e o Estado peruano, contribuindo para a reaproximação entre os dois países. O acordo, pelo qual a Odebrecht se compromete a pagar 610 milhões de soles (cerca de US\$ 183 milhões) a título de reparação civil pelos atos de corrupção praticados no país em troca da autorização a ser novamente contratada pelo Estado peruano, foi homologado em 20 de junho de 2019.

Um dos desafios da relação é a dinamização da agenda econômico-comercial. Em abril de 2016, os dois países assinaram Acordo de Ampliação Econômico-Comercial (AAEC), que contempla investimentos, serviços e compras governamentais. Trata-se do primeiro instrumento internacional com capítulo sobre compras governamentais assinado pelo Brasil. O acordo foi aprovado pelo Congresso Nacional em março de 2017, mas sensibilidades políticas relacionadas à mencionada crise política dificultaram o andamento dos trâmites internos no país vizinho.

A integração fronteiriça é outro tema fundamental do relacionamento bilateral. O Brasil divide com o Peru sua segunda fronteira mais extensa (2.995 km), atrás apenas daquela compartilhada com a Bolívia. Por acordo assinado em 2009 (mas ainda não ratificado pela parte brasileira), criou-se a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil - Peru (CVIF), no âmbito da qual são tratados temas como controle fronteiriço integrado; transportes; saúde na fronteira; cooperação ambiental fronteiriça; e temas indígenas. A sexta e última edição da CVIF teve lugar em 16 de setembro de 2020, em formato de videoconferência.

Os ministros da Defesa dos dois países reuniram-se em duas ocasiões (agosto/2017 e setembro/18) para intercambiar percepções e informações sobre os desafios comuns, ações e projetos com vistas ao fortalecimento do combate conjunto aos crimes transfronteiriços. Em março de 2019, teve lugar, em Brasília, a primeira Reunião da Comissão Binacional Fronteiriça Brasil-Peru, coordenada pelas pastas de Defesa.

O combate a ilícitos transnacionais, sobretudo ao narcotráfico, é outra matéria de destaque na agenda bilateral, por conta dos desafios comuns que Brasil e Peru compartilham nas áreas de fronteira. A Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos tem sido espaço para o acompanhamento político-diplomático da colaboração entre as autoridades de segurança dos dois países para a aplicação da lei na região fronteiriça. A última reunião da Comissão realizou-se em setembro de 2017, em Lima. A IX Comissão Mista será realizada no segundo semestre de 2021.

O Brasil mantém com o Peru extenso programa de cooperação técnica. As iniciativas em execução abrangem as áreas de saúde, recursos hídricos, aquicultura, desenvolvimento social, trabalho, entre outras. O Brasil tem, também, prestado assistência humanitária ao país vizinho, por meio de doação de medicamentos e de apoio em situações de desastres naturais. No contexto da pandemia de COVID-19, o Governo brasileiro realizou doações de 50 mil testes moleculares para a detecção da doença, bem como de 330 ventiladores pulmonares mecânicos ao Peru.

No que se refere a contatos de alto nível, o vice-presidente Hamilton Mourão realizou visita a Lima, no período de 23 a 25 de outubro de 2019. Na ocasião, o senhor vice-presidente da República manteve encontros com os então presidente, chanceler e ministro da Defesa. Ademais, participou de

encontro empresarial intitulado “Perspectivas das Relações Econômico-Comerciais Brasil-Peru”. Também presidiu ato de assinatura da carta de intenções para cooperação na área de Defesa.

Em 8 de novembro de 2019, teve lugar encontro bilateral entre chanceleres à margem da XVI reunião de Ministros das Relações Exteriores do Grupo de Lima, realizada em Brasília. O então secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Otávio Brandelli, realizou visita a Lima, em 26 de março de 2019, ocasião em que presidiu o mecanismo bilateral de consultas políticas e manteve contatos com autoridades locais.

Entre 10 e 14 de junho de 2019, realizaram missão a Lima os governadores do Acre, Gladson Cameli (PP), e de Rondônia, Coronel Marcos Rocha (PSL), acompanhados de congressistas do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Peru.

Em 28 de julho de 2021, o senhor vice-presidente da República, acompanhado pelo Ministro das Relações Exteriores, embaixador Carlos Alberto Franco França, compareceu à cerimônia de posse presidencial de Pedro Castillo, em Lima.

Assuntos consulares: Estima-se em cerca de 6,4 mil o número de brasileiros no país andino. O setor consular da Embaixada do Brasil em Lima tem jurisdição sobre todo o território peruano, à exceção do Departamento de Loreto, que é coberto pelo Consulado do Brasil em Iquitos. O Brasil conta, ainda, com quatro consulados honorários no Peru: Arequipa, Cusco, Pucallpa e Puerto Maldonado.

Empréstimos e financiamentos oficiais: Não há, atualmente, nenhuma operação relevante que envolva exportação ao Peru no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

POLÍTICA INTERNA

O Peru é uma república presidencial dotada de sistema multipartidário. Sob a atual Constituição, o presidente é o chefe de Estado e de governo, eleito para um mandato de cinco anos. O presidente designa um Conselho de Ministros, composto pelos chefes de cada pasta e por um presidente do Conselho, que atua como porta-voz do governo. O Congresso é unicameral, composto por 130 membros eleitos para mandatos de cinco anos, coincidindo com o mandato presidencial.

Conforme determinado na Constituição, a República do Peru é um estado unitário e descentralizado. Administrativamente, o país é dividido em departamentos, províncias, distritos e centros populacionais. É constituído por 24 departamentos e pela Província de Callao.

O Poder Judiciário é independente e tem como órgão máximo a Corte Suprema de Justiça, composta por treze juízes. A Corte é responsável por aprovar a Política Geral do Poder Judiciário. O Tribunal Constitucional é o órgão supremo de interpretação e controle da constitucionalidade no Peru. É autônomo e independente. O Tribunal é composto por sete membros eleitos pelo Congresso por um período de cinco anos, não havendo a possibilidade de reeleição imediata. Para 2021, prevê-se a eleição de seis de seus magistrados.

O Peru viveu, em 2021, as eleições gerais mais fragmentadas da sua história, em contexto de grave crise econômica, social e sanitária. Em 11 de abril de 2021, realizaram-se as eleições legislativas e o primeiro turno das eleições presidenciais, que qualificaram Pedro Castillo (Perú Libre - esquerda) e Keiko Fujimori (Fuerza Popular – direita) para disputar o segundo turno. As eleições legislativas confirmaram a tendência de fragmentação. A nova composição do Congresso tem 10 bancadas. Os partidos majoritários são justamente o Perú Libre, com 37 assentos, e o Fuerza Popular, com 24 assentos.

Realizado o segundo turno das eleições presidenciais em 6 de junho último, o órgão eleitoral peruano concluiu, em 15 de junho, a contabilização de 100% das atas. Pedro Castillo obteve 8.835.579 votos contra 8.791.521 de Keiko Fujimori, consolidando liderança de 50,12% dos votos válidos contra 49,88% (diferença de 44 mil votos). A análise de recursos de nulidade de mesas eleitorais apresentados por ambas as campanhas somente se concluiu com poucos dias de anterioridade à posse, sagrando-se vencedor o candidato Pedro Castillo. O presidente eleito tomou posse em 28 de julho.

As eleições peruanas foram acompanhadas pela Missão de Observação Eleitoral da OEA, que divulgou, em 11 de junho, relatório no qual fez análise positiva do processo eleitoral e, também, da etapa “pós-eleitoral” de revisão de atas por parte das autoridades competentes. A MOE permaneceu em território peruano até a divulgação dos resultados do pleito.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Peru se caracterizou nos últimos anos pela ênfase na agenda econômica, com busca de oportunidades de ampliação de comércio e investimentos e de diversificação de parcerias, sobretudo por meio de tratados de livre comércio. No plano regional, a participação na Aliança do Pacífico e o tratamento da situação na Venezuela por meio do Grupo de Lima ocuparam lugar de destaque. A partir de 2020, com o agravamento da crise política e dos efeitos da pandemia do novo coronavírus, a política exterior concentrou-se na busca de acordos de fornecimento de vacinas.

Com a assunção do novo governo em 28 de julho de 2021, antecipam-se mudanças na política externa, em particular na política regional, como é o caso da reinserção do Peru na UNASUL e na CELAC. Em seu discurso de posse, o novo chanceler peruano, Héctor Béjar, afirmou que dará prioridade aos vizinhos e principais parceiros comerciais, “sem distinções ideológicas”.

O novo chanceler, além de ter dedicado parte importante de seu discurso ao fortalecimento da integração regional, conferiu ênfase à cooperação fronteiriça, que levará em conta a promoção do comércio e dos investimentos, além da participação de interlocutores locais.

Defendeu a modernização da Comunidade Andina “sob um novo modelo de integração multidimensional, deixando de lado objetivos já superados pela história, como o mercado único, a tarifa externa comum e a política industrial”. E qualificou a Aliança do Pacífico como “outro espaço vital da integração regional”.

Héctor Béjar indicou ademais que a prioridade maior da diplomacia peruana será o combate à pandemia de COVID-19, por meio de negociações para a aquisição de vacinas, da defesa da flexibilização de patentes e do estabelecimento de acordos e estratégias comuns com países fronteiriços.

O chanceler reafirmou os compromissos internacionais do Peru em matéria de direitos humanos, oposição a qualquer forma de terrorismo, apoio às agendas de igualdade de gênero e defesa do multilateralismo e do direito internacional.

É de se esperar que, ao lado das diretrizes mencionadas, permaneçam como objetivos da diplomacia peruana questões como a adesão, como membro pleno, à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a ênfase na Aliança do Pacífico e a busca do aprofundamento das relações com a Ásia-Pacífico e, especialmente, com o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC).

Desde 2014, a China é o principal parceiro comercial peruano, seguida dos EUA. Peru e China assinaram acordo de livre-comércio em 2009 e, atualmente, estão debruçados em processo negociador para revisá-lo e ampliá-lo. Em 2020, as exportações peruanas para a China foram de US\$ 11,1 bilhões, registrando queda de 18,3%. Por outro lado, houve crescimento de 6,9% nas vendas aos Estados Unidos, somando US\$ 6,3 bilhões.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Peru adotou, desde a década de 1990, modelo de desenvolvimento econômico com ênfase na abertura comercial e nos tratados de livre comércio. Hoje, o país possui acordos comerciais com mais de 20 países, é

membro da Aliança do Pacífico e do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) e foi, ademais, signatário do acordo para o estabelecimento da Parceria Transpacífica (TPP). Nos anos 2000, o país beneficiou-se do “boom das commodities” para alcançar altos níveis de crescimento econômico, vinculados, em grande parte, às exportações de minérios.

A economia peruana apresentou contração de -11,2% em 2020, o pior resultado do país em décadas e a primeira contração anual desde 1999. A mineração foi fortemente prejudicada, mas o setor agrícola apresentou crescimento, impulsionado pelas exportações de frutas e legumes. Apesar do resultado, a sólida posição macroeconômica do país permite uma perspectiva mais otimista para 2021.

A queda do PIB decorreu da quarentena nacional imposta de março a junho de 2020, que, de início, suspendeu praticamente todas as atividades à exceção de serviços essenciais (supermercados, farmácias e bancos). A lenta reabertura dos setores produtivos, cujo cronograma se estendeu de maio a setembro, pouco facilitou a retomada da economia. A contração do PIB teve forte impacto negativo no nível de empregos formais. A alta informalidade, estimada em 80% do total de trabalhadores, é um dos principais obstáculos da economia peruana, pois reduz a produtividade e oferece menor proteção social aos trabalhadores, tendo presente que não existe serviço universal de saúde no país e somente os trabalhadores formais estão amparados pelo seguro social de saúde (EsSalud).

Apesar disso, é importante destacar a sólida posição fiscal do Peru, dado que a dívida pública em 2020 (35,5% do PIB) se encontra bem abaixo da média dos países da América Latina (81,6% do PIB) e dos países emergentes (62,2% do PIB). Há também “colchão” cambial que afasta qualquer risco imediato de insolvência externa, com reservas que chegam a US\$ 75 bilhões e um acesso facilitado a empréstimos em instituições internacionais como o FMI. Esses fundamentos oferecem margem para o aumento de investimentos sociais e a promoção da estabilidade econômica, vitais para o início de um novo ciclo de crescimento no pós-pandemia.

A pandemia do COVID-19 significou um retrocesso no progresso econômico e social observados nos últimos anos, com queda da renda e dos indicadores de educação e saúde, além do aumento da informalidade, que se estima ter passado de 70% no final de 2019 para 80% em 2020.

Outro desafio no plano econômico é destravar os investimentos em infraestrutura, que se encontram prejudicados desde a eclosão da crise política decorrente dos desdobramentos da Operação Lava Jato no Peru, os quais afetaram severamente diversos projetos então a cargo da Odebrecht e o crescimento do PIB peruano.

O Presidente Pedro Castillo nomeou como ministro de Economia e Finanças o economista Pedro Francke, que trabalhou no Banco Central

peruano e no Banco Mundial e foi gerente-geral do Seguro Social de Saúde (EsSalud) no governo Humala. Estima-se que ele será um dos fiadores do novo governo peruano entre investidores e agentes de mercado devido a sua experiência anterior, formação acadêmica e defesa da prudência macroeconômica.

O intercâmbio comercial peruano de 2020 registra queda, com exportações de US\$ 39 bilhões (-14% em relação a 2019) e importações de US\$ 33,8 bilhões (-15%). O superávit no ano foi de US\$ 5,5 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cuzco.
1535	É fundada Ciudad de los Reyes, hoje Lima. Rica em prata, ouro e mercúrio, a colônia é elevada a Vice-Reinado do Peru.
1780-83	Tupac Amaru II lidera uma revolta contra a escravidão que se estende até a Bolívia.
1820	O argentino José de San Martín inicia a luta contra os espanhóis, que seriam finalmente derrotados, em 1824, pelas tropas de Antonio José Sucre. O desfecho militar assegura a independência peruana, já declarada por San Martín em 1821.
1828	O país adota a Constituição Liberal Independente, e o governo do mestiço Ramón Castilla (1845-1851 e 1855-1862) liberta os indígenas do pagamento de tributos e os negros, da escravidão.
1879-84	Guerra do Pacífico: o Peru perde para o Chile o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá.
1924	Haya de la Torre funda a nacionalista Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).
1963	Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular (AP), é eleito presidente e inicia a reforma agrária.
1968	Belaúnde é deposto pelo general nacionalista Juan Velasco Alvarado, que expropria empresas petrolíferas dos Estados Unidos (EUA).
1975	Alvarado é deposto pelo general conservador Morales Bermúdez, que devolve o poder aos civis em 1979.
1980	Belaúnde reelege-se presidente. O grupo Sendero Luminoso (inspirado nas idéias do líder comunista chinês Mao Tsé-Tung) inicia atividades terroristas em Ayacucho.
1985	Alan García (APRA) torna-se presidente e decreta moratória da dívida externa. A tentativa de estatizar o sistema bancário leva à formação de frente oposicionista liderada pelo escritor Mario Vargas Llosa.
1990	A inflação chega a 7.600%, e aumentam as greves e o terror senderista.

	Vargas Llosa perde as eleições presidenciais para o independente Alberto Fujimori.
1992	Fujimori fecha o Congresso e suspende as garantias constitucionais, no episódio conhecido como autogolpe. O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua.
1993	Nova Constituição prevê a reeleição presidencial e a pena de morte para terroristas. Surgem denúncias de violação de direitos humanos. Fujimori é reeleito.
1996	Na tentativa de libertar líderes presos, o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) invade a embaixada do Japão durante uma festa e faz mais de 500 reféns.
1997	A embaixada japonesa é invadida por militares, que libertam 72 reféns remanescentes e matam os 14 seqüestradores.
2000	Fujimori é eleito presidente para um novo mandato, após boicote de Alejandro Toledo no segundo turno. Escândalos políticos levam Fujimori a afastar Montesinos – seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Em setembro, aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão e renuncia. Descobre-se que ele havia mantido a cidadania japonesa, além da peruana. O Congresso não aceita a renúncia e destitui Fujimori por "incapacidade moral".
2001	Após disputa acirrada no segundo turno com García, Alejandro Toledo vence, em junho, as eleições presidenciais, com 53,1% dos votos.
2003	Toledo pede publicamente desculpa pelas violações aos direitos humanos pelo Estado peruano nas décadas de 1980 e 1990.
2004	A violência senderista ressurge com o assassinato de políticos na região de Ayacucho.
2006	Alan García, do APRA, torna-se presidente, pela segunda vez, após derrotar Ollanta Humala, da “Unión por el Perú”, no segundo turno.
2008	O Presidente do Conselho de Ministros Jorge del Castillo coloca, formalmente, todo o gabinete à disposição do Presidente García.
2009	Os Tratados de Livre Comércio Peru-EUA e Peru-Chile entram em vigor.
2011	Ollanta Humala é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno. Toma posse em julho. Em novembro, o Presidente do Conselho de Ministros Salomón Lerner Ghitis renuncia ao cargo, devido aos conflitos sociais no interior do país envolvendo exploração mineral. Em seu lugar assume Óscar Valdés. É a primeira de muitas renúncias que se seguirão nos próximos anos.
2012	Em julho, o Presidente do Conselho de Ministros Óscar Valdés renuncia ao cargo. Em seu lugar assume Juan Jiménez Mayor.
2013	Em outubro, o Presidente do Conselho de Ministros Juan Jiménez Mayor

	renuncia ao cargo. Em seu lugar assume César Villanueva Arévalo em seu lugar.
2014	Em fevereiro, o Presidente do Conselho de Ministros César Villanueva Arévalo renuncia ao cargo. Em seu lugar assume René Cornejo Díaz em seu lugar. Cornejo Díaz renuncia ao cargo cinco meses depois, sendo sucedido por Ana Jara Velásquez.
2015	Em março, o Congresso peruano aprovou moção de censura contra Ana Jara Velásquez, que deu lugar a Pedro Cateriano. Os escândalos de espionagem pela Direção de Inteligência, que realizavam trabalho de monitoramento ilegal de políticos e personalidades foram o pivô da votação.
2016	Pedro Pablo Kuczynski, do partido "Peruanos por el Cambio", é eleito presidente, após derrotar Keiko Fujimori, no segundo turno, por estreita margem.
2017	No âmbito das investigações sobre os esquemas de corrupção da Odebrecht no Peru, foi expedido, em fevereiro, mandado de captura internacional e apresentado pedido de extradição às autoridades norte-americanas em desfavor do ex-presidente Alejandro Toledo. Em julho, foi decretada prisão preventiva do ex-presidente Ollanta Humala. Também foi aberta investigação contra Keiko Fujimori por suposto recebimento de doação indocumentada. Em novembro, documentos apresentados revelaram que duas empresas à qual estava associado o presidente Kuczynski teriam recebido pagamentos da Odebrecht, inclusive durante período em que o mandatário peruano ocupou postos do alto escalão do governo de Toledo. Foi aberto processo de impedimento de Kuczynski, que não prosperou por estreita margem.
2018	Após a repercussão da divulgação de áudios onde congressistas aparecem oferecendo benefícios a colegas para que não apoiem um segundo pedido de impedimento do presidente, Kuczynski renuncia. Em seu lugar, Martín Vizcarra, primeiro vice-presidente, toma posse, em 23 de março.
2019	Vizcarra dissolve o Congresso e a vice-presidente, Mercedes Aráoz, renuncia.
2020	Novos parlamentares, eleitos em janeiro, aprovam moção de vacância contra Vizcarra, por “permanente incapacidade moral” em novembro. Francisco Sagasti assume a presidência do país.
2021	Eleições gerais são realizadas. Pedro Castillo, do partido “Perú Libre”, assume a presidência em 28 de julho.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826	O Peru, sob o governo de Simón Bolívar, designa José Domingos Cáceres como seu primeiro encarregado de negócios no Rio de Janeiro.
1828	Retirada de Domingos Cáceres do Rio de Janeiro após a assinatura do Tratado de Piquiza entre o Peru e a Bolívia. No Tratado, as duas repúblicas comprometiam-se a não estabelecer relações com o Brasil até que o Império celebrasse a paz com as Províncias Unidas (Argentina) na guerra Cisplatina.
1829	Duarte da Ponte Ribeiro é designado como primeiro encarregado de negócios do Império brasileiro em Lima.
1851	Assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru, que define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apapóris, com base no uti possidetis, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo Amazonas.
1867	Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru, em razão de apoio peruano ao Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança.
1869	Restabelecimento das relações diplomáticas
1876	É assinado o Acordo de Livre Navegação do Rio Içá ou Putumayo
1904	Novo Tratado de Limites bilateral ratifica a linha Tabatinga-Apapóris como limite.
1909	Assinatura do Tratado de Limites e Navegação bilateral, pelo qual é negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre.
1925	Ata de Washington, firmada pelo Brasil, Colômbia e Peru, assegura a linha Tabatinga-Apapóris também como fronteira Brasil-Colômbia.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre o Peru e o Equador.
1981	O então Presidente João Figueiredo vai ao Peru (primeira visita de um Presidente brasileiro). Assinatura do Acordo sobre Interconexão Rodoviária.
1987	Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador

2003	O então Presidente Lula visita Lima. São assinados o Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru (ACE-58) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, bases da "Aliança Estratégica" com o Peru, lançada na ocasião.
2005	Início das obras da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru.
2009	Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.
2009	Visita do então presidente Lula a Lima, em 11 de dezembro, quando é assinado acordo que estabelece a Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (ZIF) e cria a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF).
2011	Em setembro, é concluída a Rodovia Interoceânica, ligando o Estado do Acre ao Pacífico.
2011	O então ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, realiza visita ao Brasil e é recebido pelo então Chanceler Antonio de Aguiar Patriota.
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores do Peru (março).
2012	Encontro do então ministro de Estado Antonio de Aguiar Patriota com o Chanceler peruano (agosto).
2013	Visita oficial da então Chanceler peruana Eda Rivas a Brasília e encontro com o então Chanceler Patriota (julho).
2013	Visita oficial da então presidente Dilma Rousseff ao Peru (novembro).
2014	O então presidente Ollanta Humala visitou o Brasil para participar das Cúpulas BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho).
2015	V Reunião da Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (V CVIF) e XI reunião de Consultas Políticas Brasil-Peru, copresididas pelo então secretário-geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, e pelo então vice-chanceler peruano, Embaixador Julio Eduardo Martinetti (julho).
2016	Visita do então Chanceler Mauro Vieira e do então ministro Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, a Lima; assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru.
2017	Encontro entre o então secretário-geral das Relações Exteriores, Marcos Galvão, e o então presidente do Peru, Pedro Paulo Kuczynski, e o então chanceler do Peru, Ricardo Luna Mendoza.

2018	Viagem do então presidente Michel Temer ao Peru por ocasião da VIII Cúpula das Américas (abril).
2019	Visita do então secretário-geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, ao Peru (março). Visita do vice-presidente Antônio Hamilton Mourão ao Peru (outubro).
2021	Comparecimento do vice-presidente Antônio Hamilton Mourão e do Ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, à cerimônia de posse presidencial de Pedro Castillo (julho).